



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Evidence Previdência S.A. (Evidence) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

Mercado de Atuação
A Evidence, integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de previdência complementar sendo suas operações voltadas, principalmente, para a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Desempenho Econômico - Financeiro
Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$833 milhões (31/12/2022 - R\$769 milhões). O resultado apresentado em 31 de dezembro de 2023 foi lucro líquido de R\$61 milhões (31/12/2022 - R\$11 milhões) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$1,7 bilhões (31/12/2022 - R\$1,9 bilhões).

Auditoria Independente
A política de atuação da Evidence na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Evidence informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a Evidence confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Reiterada avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS				Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Notas Explicativas	Notas			Notas	
		31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				1.047.106	1.312.955	
Disponível	4&14.c	227	88	4.368	16.841	
Caixa e Bancos		227	88	878	285	
Aplicações	5	2.095.933	2.283.293	2.084	1.486	
Títulos de Renda Fixa		2.051.445	2.234.283	982	14.596	
Cotas de Fundo de Investimento		44.488	49.010	424	474	
Créditos das Operações com Previdência Complementar		35	119	2	5	
Valores a Receber		35	119	8	1.042.534	1.295.923
Títulos e Créditos a Receber		14.643	30.613	1.042.534	1.295.923	
Títulos de Crédito a Receber		24	5	1.038.820	1.290.919	
Créditos Tributários e Previdenciários		6	14.619	70	67	
Outros Valores e Bens		-	434	1.348	2.619	
Despesas Antecipadas		9	-	2.296	2.318	
Ativo não Circulante		445.026	439.418	202	186	
Ativo Realizável a Longo Prazo		445.026	439.418	202	186	
Aplicações	5	380.562	350.763	675.635	672.000	
Títulos de Renda Fixa		380.562	350.763	20.917	14.236	
Títulos e Créditos a Receber		64.464	88.655	20.917	14.236	
Créditos Tributários e Previdenciários		6&13.a	63.501	13.b	20.917	14.236
Depósitos Judiciais e Fiscais			963			
Total do Ativo		2.555.873	2.753.965	2.555.873	2.753.965	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		750.000	4.394	82.657	(5.255)	(73.067)	758.729
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(904)	-	(904)
Absorção do Prejuízo	9.b	-	-	(73.067)	-	73.067	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	11.292	11.292
Destinações:							
Dividendos Mínimos		-	-	-	-	(107)	(107)
Reserva Legal		-	565	-	-	(565)	(565)
Reservas para Equalização de Dividendos		-	-	10.620	-	(10.620)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		750.000	4.959	20.210	(6.159)	769.010	769.010
Mutações no Exercício		-	565	(62.447)	(904)	73.067	10.281
Saldos em 31 de dezembro de 2023		750.000	4.959	20.210	(6.159)	769.010	769.010
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	3.885	-	3.885
Lucro Líquido		-	-	-	-	61.043	61.043
Destinações:							
Dividendos Mínimos		-	-	-	-	(806)	(806)
Reserva Legal		-	3.052	-	-	(3.052)	-
Reservas para Equalização de Dividendos		-	-	57.185	-	(57.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		750.000	8.011	77.395	(2.274)	833.132	833.132
Mutações no Exercício		-	3.052	57.185	3.885	-	64.122

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Evidence Previdência S.A. (Evidence), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 14.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - CJ. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wtorre - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP - CEP 04543-011, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. As operações da Evidence são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade. No âmbito operacional, a Evidence possui por finalidade exclusiva administrar carteira de planos de previdência complementar denominados Tradicionais e Fundos Garantidores de Benefícios (FGB), sendo certo que a referida carteira se encontra em fase de esvaziamento (runoff). A carteira FGB está encerrada para comercialização e não faz parte da estratégia da Evidence para comercializar novos planos. Diante do crescente desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de FGB e minuciosa revisão de toda a Carteira, a qual foi pautada em estudos técnicos e jurídicos, a Diretoria Executiva da Evidence aprovou plano de ação para equalização da Companhia e autorizou processo de comunicação aos clientes. A Evidence está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander, que tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 648 de 15 de novembro de 2021 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 19 de novembro de 2021 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2024.

a) Normas e Interpretações em Vigor após 31 de dezembro de 2023
Na data de preparação destas demonstrações financeiras, a seguinte norma e interpretação que possui data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2023 e ainda não foi adotada pela Evidence é:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Em 06 de julho de 2022, o Conselho Diretor da SUSEP decidiu colocar em consulta pública minuta de Circular que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivos da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, viabilizando a implementação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros pelo mercado supervisionado pela Susep, e outras alterações regulamentares. Em 10 de outubro de 2022 a SUSEP através da Circular nº 678 reconhecou o CPC 48 a partir de 02 de janeiro de 2024. A Administração considera que a adoção dos respectivos normativos não ocasionará impactos materiais. A Companhia irá adotar de forma prospectiva a partir de 02 de janeiro de 2024 e considera que a adoção dos respectivos normativos não ocasionará impactos materiais.

b) Estimativas Contábeis
Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
- Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-g;
- Provisões técnicas relacionadas às atividades de previdência são discutidos na Nota 3-h;
- Teste de adequação do passivo (TAP) que são apresentados na Nota 3-i;
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-k.

As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional; e
- Mudanças no comportamento da carteira no que se refere a mortalidade, sobrevivência e invalidez.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência. As contribuições de planos previdenciários são reconhecidas no resultado quando do seu efetivo recebimento, exceto com relação às contribuições de riscos, que são reconhecidas pelo início da vigência do risco.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Evidence.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata die e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros
Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros
i. Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Evidence e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão

e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Os passivos financeiros da Evidence são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:
• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e provisões técnicas - previdência complementar.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo
Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço cotado" ou "preço de mercado".

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associadas a ele.

"A taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência segundo de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Evidence ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

	Mercados (Nível 1)	Mercados (Nível 2)	Mercados (Nível 3)	31/12/2023	31/12/2022
				Total	Total
Ativos Financeiros					
Valor Justo por Meio do Resultado mantidos para Negociação	389.651	44.488	1.648.544	2.082.683	2.230.072
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	86.220	-	-	68.220	101.745
Notas do Tesouro Nacional - NTN ⁽¹⁾	321.431	-	1.648.544	1.969.975	2.079.317
Cotas de Fundo de Investimento	-	44.488	-	44.488	49.010
Disponíveis para Venda	393.812	-	-	393.812	403.984
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	339.843	-	-	339.843	351.569
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.250	-	-	13.250	11.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN ⁽¹⁾	40.719	-	-	40.719	40.831
Total	783.463	44.488	1.648.544	2.476.495	2.634.056

⁽¹⁾ Os títulos NTN-B e NTN-F estão classificados no nível 1 e NTN-C no nível 3. Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O IFRS13/PCF 46 define que quando não existem informações implícitas nos preços de mercado sobre os parâmetros de valoração (taxas de juros, volatilidades, correlações, etc.) de um instrumento financeiro e o parâmetro indisponível por um componente relevante, a classificação deverá ser no nível 3. A frequência de negociação e referências de preços executáveis são os parâmetros balizadores do processo de classificação de níveis e caracterizam a "observabilidade" dos parâmetros de valoração. No caso das NNC, a "observabilidade" das yields é extremamente baixa e isto resulta na classificação no nível 3. Este instrumento não possui negociação ativa no mercado desde que o Tesouro passou a emitir papéis indexados ao IPCA (NINB) e deixou de emitir papéis indexados ao IGPM (NINC).

Ativos Financeiros não Recuperáveis
Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.

• Significam que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

i) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes
A Evidence é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, cujo independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou complementadas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 7) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou práticas judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Evidence, a contraparte tem o direito, caso atendidos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Notas Explicativas	Notas	
		01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Contribuições para Cobertura de Riscos		1.436	1.412
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(3)	3
Prêmios Ganhos		1.433	1.415
Resultado com Resseguros		(1)	(34)
Sinistros Ocorridos		(5.169)	(4.782)
Rendas de Contribuições e Prêmios		7.264	8.553
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		1.068	3.735
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		8.332	

...Continuação



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 13.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	227	88	229
Total	227	88	229

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
			Resultado	Líquido	Contábil			
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação		2.138.249	(55.566)	-	- 2.082.683	84,1%		
Títulos Públicos		2.093.761	(55.566)	-	- 2.038.195	82,3%		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - NTN ⁽¹⁾	100% SELIC	68.214	6	-	- 68.220	2,8%		
Títulos Privados		44.488	(55.572)	-	- 1.969.975	79,5%		
Cotas de Fundo de Investimento Disponíveis para Venda		44.488	-	-	- 44.488	1,8%		
Títulos Públicos		397.602	-	(3.790)	393.812	15,9%		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - LTN 100% SELIC		340.035	-	(192)	339.843	13,8%		
Letras do Tesouro Nacional - NTN 12,70% a.a. PRE		44.319	-	(3.600)	40.719	1,6%		
Total		2.535.851	(55.566)	-	(3.790) 2.476.495	100,0%		

⁽¹⁾ Referente a NTN-B com taxa de juros contratada - % IPCA+4,55% a 6,70% a.a. e NTN-C com taxa de juros contratada % IGPM+3,81% a 9,0% a.a.

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:			Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
			Resultado	Líquido	Contábil			
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação		2.347.107	(117.035)	-	- 2.230.072	84,7%		
Títulos Públicos		2.298.097	(117.035)	-	- 2.181.062	82,8%		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - NTN ⁽¹⁾	100% SELIC	101.721	24	-	- 101.745	3,9%		
Títulos Privados		49.010	(117.059)	-	- 2.079.317	78,9%		
Cotas de Fundo de Investimento Disponíveis para Venda		49.010	-	-	- 49.010	1,9%		
Títulos Públicos		414.248	-	(10.264)	403.984	15,3%		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - LTN 100% SELIC		352.135	-	(566)	351.569	13,3%		
Letras do Tesouro Nacional - NTN 12,70% a.a. PRE		49.632	-	(8.001)	40.831	1,6%		
Total		2.761.355	(117.035)	-	(10.264) 2.634.056	100,0%		

⁽¹⁾ Referente a NTN-B com taxa de juros contratada - % IPCA+4,55% a 6,70% a.a. e NTN-C com taxa de juros contratada % IGPM+3,81% a 9,0% a.a.

b) Composição por Prazo de Vencimento

Ativos Financeiros	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	-	15.811	52.267	1.970.117	2.038.195
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - NTN	-	-	15.811	52.267	142	68.220
Títulos Privados	44.488	-	-	-	1.969.975	44.488
Cotas de Fundo de Investimento Disponíveis para Venda	44.488	-	-	-	-	44.488
Títulos Públicos	13.250	-	339.843	40.719	393.812	393.812
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - LTN 100% SELIC	13.250	-	339.843	-	-	339.843
Letras do Tesouro Nacional - NTN 12,70% a.a. PRE	-	-	-	-	-	13.250
Total	44.488	13.250	15.811	392.110	2.010.836	2.476.495

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente.

c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado/ Patrimônio Líquido		Saldo em 31/12/2023
				Resultado Financeiro (Nota 12)	Patrimônio Líquido (Nota 12)	
Valor Justo por Meio do Resultado Mantidos para Negociação	2.230.072	527.349	(891.916)	155.708	61.470	2.082.693
Títulos Públicos	2.181.062	295.279	(647.376)	147.760	61.470	2.038.195
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional	101.745	262.272	(363.125)	67.345	(17)	68.220
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.079.317	33.007	(284.251)	80.415	61.487	1.969.975
Títulos Privados	49.010	232.070	(244.540)	7.948	-	44.488
Cotas de Fundo de Investimento Disponíveis para Venda	49.010	232.070	(244.540)	7.948	-	44.488
Títulos Públicos	403.984	-	-	(16.646)	6.474	393.812
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Nacional - LTN	351.569	-	-	(12.100)	374	339.843
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.584	-	-	767	899	13.250
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.831	-	-	(5.313)	5.201	40.719
Total	2.634.056	527.349	(891.916)	49.814	67.944	2.476.495

d) Garantia das Provisões Técnicas

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de Renda Fixa	2.476.495	2.634.056
Total de Cobertura	2.476.495	2.634.056
Provisões Técnicas (Nota 8)	(1.696.064)	(1.952.363)
Total de Excedente	780.431	681.693

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Tributários (Nota 13.a)	63.501	88.388
Imposto de Renda a Compensar	11.330	17.154
Contribuição Social a Compensar	3.289	13.454
Total	78.120	118.996

7. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.f).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	36	33
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	354	397
Total	390	430

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
Saldo Inicial	33	397	29	282
Constituição Líquida de Reversão	100	7.166	-	3.709
Atualização Monetária	3	(5)	4	23
Baixas por Pagamento	(100)	(7.204)	-	(3.617)
Saldo Final	36	354	33	397

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Evidence é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cível Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2023, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$8.344 (31/12/2022 - R\$11.400), e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

Compensação Não Homologada - A Evidence discute administrativamente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de R\$8.344 (31/12/2022 - 8.461).

8. Provisões Técnicas - Previdência Complementar

Ativos Financeiros	Saldo em 31/12/2022	Consti- tuição	Reversão/ Baixa	Excedente Financeiro (Nota 12)	Encargos Financeiros (Nota 12)	Saldo em 31/12/2023
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	67	769	(766)	-	-	70
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	521.253	12.166	(77.430)	-	57.494	513.483
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSJ	2.619	1.112	(2.383)	-	-	1.348
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	2.148	521	(1.205)	-	-	1.464

	Saldo em 31/12/2022	Consti- tuição	Reversão/ Baixa	Excedente Financeiro (Nota 12)	Encargos Financeiros (Nota 12)	Saldo em 31/12/2023
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar - PVR	2.318	18.991	(19.013)	-	-	2.296
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	1.207	403	(255)	-	-	1.355
Total	1.952.363	178.021	(513.873)	3.078	76.475	1.696.064

9. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto por 42.819.564 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Evidence.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022 foi deliberado a absorção integral do prejuízo auferido no exercício de 2021 pelo saldo disponível na Reserva para Equalização de Dividendos e por esse motivo não houve distribuição de dividendos para o primeiro semestre findo em 2022.

Em dezembro de 2022, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$107 (R\$0,0000025 por ação ordinária) a serem submetidos a aprovação.

Em dezembro de 2023, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$806 (R\$0,0001188 por ação ordinária) a serem submetidos a aprovação. O valor dos Dividendos mínimos obrigatórios foi superior em R\$226.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos, a qual será limitada à 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Administração à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.

e) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

f) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes Contábeis Patrimônio Líquido	833.132	769.010
Exclusão:		
Créditos Tributários - Prejuízos Fiscais	(18.516)	(22.945)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que excederam 15% do CMR	(14.139)	(27.103)
PLA (Ajustes Contábeis)	800.477	718.962
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos		
Ajustes do Superávit de Fluxos Prêmios/Contribuições não Registrados Apurado no TAP	150	94
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registradas	-	7.148
PLA (Total)	800.627	726.204
Níveis de PLA		
Nível 1	769.621	680.622
Nível 2	159	7.242
Nível 3	30.847	38.340
Total Níveis de PLA	800.627	726.204

g) Capital Mínimo Requerido - CMR

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Base	15.000	15.000
Risco de Crédito	6.068	10.442
Risco Operacional	1.357	1.562
Risco de Subscrição	181.758	222.515
Risco de Mercado	51.849	68.179
Benefício da Correlação de Risco	(35.388)	(47.098)
CMR	205.644	255.600
PLA Total	800.627	726.204
Suficiência	594.983	470.604

O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital de risco, utilizado para a análise, conforme Resolução CNSP 432/2021 e atualizações posteriores.

10. Despesas Administrativas diversas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Convênio Operacional	3.104	3.442



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

- Cenário 1:** Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;
- Cenário 2:** Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e
- Cenário 3:** Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Evidence como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos. No que se refere às questões regulatórias, a Evidence adota os critérios de cálculo determinados para prover informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos:

- Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Evidence possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base no patrimônio líquido contábil da Evidence que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP 432 de 2021 e alterações posteriores

- Capital Mínimo Requerido (CMR): é o capital total que a Evidence deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme o Art. 65, III da Resolução CNSP 432 de 2021 e alterações posteriores.

Os demonstrativos analíticos com os cálculos de adequação do capital da Evidence estão demonstrados na Nota 9.

Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Sinistros Ocorridos	Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros								
	Até 2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2023	Total
Até o ano da ocorrência	4.487	137	197	338	210	86	187	13	
Um ano após a ocorrência	4.748	140	201	338	210	86	187	-	
Dois anos após a ocorrência	5.400	140	201	403	210	86	187	-	
Três anos após a ocorrência	5.501	140	201	403	210	86	187	-	
Quatro anos após a ocorrência	5.501	140	201	403	210	86	-	-	
Cinco anos após a ocorrência	5.501	140	201	403	210	-	-	-	
Seis anos após a ocorrência	5.501	140	201	403	-	-	-	-	
Sete anos após a ocorrência	5.501	140	201	-	-	-	-	-	
Oito anos após a ocorrência	5.501	140	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após a ocorrência	5.501	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31 de dezembro de 2023	5.501	140	201	403	210	86	187	13	6.741

Sinistros Pagos	Triângulo Acumulado de Pagamento de Sinistros								
	Até 2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2023	Total
Até o ano da ocorrência	-	19	57	149	150	-	150	-	
Um ano após a ocorrência	76	67	128	338	150	34	187	-	
Dois anos após a ocorrência	994	84	167	403	150	86	187	-	
Três anos após a ocorrência	1.111	86	167	403	210	86	187	-	
Quatro anos após a ocorrência	1.118	86	167	403	210	86	-	-	
Cinco anos após a ocorrência	1.157	86	167	403	210	-	-	-	
Seis anos após a ocorrência	1.157	86	167	403	-	-	-	-	
Sete anos após a ocorrência	1.194	86	167	-	-	-	-	-	
Oito anos após a ocorrência	1.931	86	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após a ocorrência	4.254	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31 de dezembro de 2023	4.254	86	167	403	210	86	187	-	5.393
Provisão de Sinistro a Liquidar em 31 de dezembro de 2023	1.247	54	34	-	-	-	-	-	13.1348

16. Outras Informações

Comitê de Auditoria

A Evidence adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores.

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Diretores Executivos

Eunice Pereira Lima
Ana Paula Dorce Armonia
Vanessa Alessi Manzi Binder

Diretor Executivo Responsável pelos Controles Internos

Alvaro Teófilo de Oliveira Neto

Atuário Responsável Técnico

Daniela Sedel - MIBA 1721

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Evidence Previdência S.A.

São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Evidence Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Evidence Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido

no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para aplicação dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel

Atuária MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

R. Verbo Divino, nº 1400

04719-002

São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Evidence Previdência S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	1.696.064
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2023
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	205.644
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	205.644
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	800.627
Ajustes Econômicos do PLA	150
Exigência de Capital (CMR) (b)	205.644
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	594.983
Ativos Garantidores (d)	2.476.495
Total a ser Coberto (e)	1.696.064
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	780.431
4. Demonstrativo dos limites de retenção (Planos SUSEP)	31/12/2023
Coberturas de morte e invalidez de previdência	5.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Evidence Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de ativos financeiros classificados como nível 3 (Notas 3(e) e 5)	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses ativos financeiros. Realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Adicionalmente, efetuamos testes independentes de valorização. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo destes ativos financeiros classificados como nível 3 são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração das provisões técnicas de previdência complementar (PMBaC, PMBC e PCC - Notas 3(h), 3(i) e 8)	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos controles relevantes relacionados ao processo de registro e reconciliação dos saldos contábeis, avaliação e aprovação das premissas e metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia. Realizamos testes documentais para as movimentações relevantes ocorridas, durante o exercício, nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, tais como, pagamentos de resgates, saídas em portabilidade, atualização monetária, concessão e pagamentos de benefícios, entre outros. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes, bem como as principais premissas atuariais consideradas pela Administração na mensuração dos cálculos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações das provisões técnicas no exercício findo em dezembro de 2023, e recalculamos de forma independente a PMBC. Adicionalmente, efetuamos a revisão do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação de Passivos. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas, são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação	Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Companhia. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00016/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP22276/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/28/EVIDENCE1574591728022024.pdf>

Hash: 1709067001d9792b10a7b94aaa880acd40e35af849